

Coimbra tem mais encanto na hora do despejo

Estudantes apontam problemas como degradação, preços elevados e pouca oferta. Pedro Monteiro sublinha necessidade de alargamento do PNAES.

- POR SOFIA MOREIRA E LUÍSA RODRIGUES -

Segundo o estudo “Acessibilidade à Habitação em Portugal”, realizado pela Century 21, desde o ano de 2019, o preço de compra de habitação em Coimbra aumentou. Contudo, a taxa de esforço, percentagem salarial do comprador destinada ao pagamento das prestações de crédito, em situações de arrendamento manteve-se. O exemplo dado pela investigação é um imóvel de 90 metros quadrados que, em 2019, tinha uma taxa de esforço de compra de 19 por cento, tendo aumentado para 27 por cento. Ainda assim, a taxa de esforço por arrendamento variou apenas um por cento, de 34 por cento para 35.

Os universitários ouvidos acreditam, unanimemente, que existe um problema habitacional na cidade de Coimbra, apesar das disparas experiências de moradia. Esta ideia é partilhada pelo vice-presidente da Direção-Geral da Associação Académica de Coimbra (DG/AAC) com a pasta da ação social, Pedro Monteiro. Dos estudantes entrevistados, duas são moradoras de casas compartilhadas, uma reside num dos alojamentos da Universidade de Coimbra (UC) e um vive numa residência universitária particular.

De acordo com Pedro Monteiro, “os preços das habitações sociais subiram 13 por cento”, um aumento que considera “preocupante”. Irina Santos e Andreia Morais (nome fictício),

as duas estudantes moradoras de casas compartilhadas, referem ainda a condição “degradada e deteriorada” dos imóveis. Em consonância, Andreia Morais indica que “há domicílios com um preço exorbitante que não oferecem as melhores condições”. De acordo com a estudante, quando chegou a Coimbra, “encontravam-se quartos por cerca de 160 euros”, algo que agora é “bastante mais complicado”.

Além disso, Irina Santos realça que “existem muitos senhorios que não fazem contrato”. Este tipo de prática pode dar abertura para a evasão de impostos na cobrança do arrendamento e, dessa forma, deixar o arrendatário numa posição fragilizada, já que não há um acordo legal que lhe ofereça proteção jurídica. Em entrevista ao Jornal A Cabra, Andreia Morais admitiu viver numa casa onde há “indícios de fuga ao fisco”.

Rita Morais, detentora do estatuto de universitária estrangeira e residente do alojamento da UC, expõe que “um estudante internacional precisa de pagar mais pelo quarto do que um português”, apesar de “terem acesso às mesmas condições”. A jovem considera que o “reduzido número de vagas à disposição” é o “principal problema” dos moradores de alojamentos universitários. Acrescenta as dificuldades que teve com o processo de arrendamento dos Serviços de Ação Social da UC (SASUC), como a falta de

resposta após efetuar a inscrição. Além disso, após o contacto com os SASUC e de assinar contrato, ao chegar à residência que lhe tinha sido atribuída, foi informada de que o quarto encontrava-se em renovações, pelo que teve de ser colocada noutra casa.

Neste sentido, Pedro Henrique Vieira, morador de residência universitária particular, destacou que a “pouca disponibilidade de lugares” de “boa qualidade”, bem como processos burocráticos excessivos, fazem com que os estudantes recorram ao setor privado. De acordo com o universitário, a questão da crise habitacional é paradoxal: ainda que Coimbra “tenha o histórico de ser uma cidade de estudantes”, a indústria de arrendamento de imóveis é “pouco explorada, tanto pelo setor privado quanto pelo público”.

Como possíveis soluções, Pedro Monteiro destaca o Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES). De acordo com a página oficial, o principal objetivo é disponibilizar, a preços acessíveis, alojamento aos estudantes deslocados. No âmbito da atuação do projeto na UC, o dirigente destaca a inauguração de duas novas residências anunciadas ao público. Adiciona que o PNAES “obriga a requisitos de sustentabilidade energética” e, como certas moradias da UC não cumprem estes critérios, existe financiamento para fazer a renovação, como é o caso da residência da Alegria.

Entretanto, em Assembleia Magna, foi deliberada a necessidade de um alargamento da ação do Plano na UC, proposta apresentada pela DG/AAC. O vice-presidente justificou a proposta com o facto de, em Coimbra, ter havido um aumento de apenas 15 por cento do número de camas, enquanto noutras instituições de ensino superior o acréscimo ultrapassou os 100 por cento. Além disso, Pedro Monteiro fez menção ao lançamento do pacote “Mais Habitação” pelo governo e ao projeto “Porta a Porta”. Realizada pela AAC, esta iniciativa procurou mostrar as carências das residências universitárias e transmiti-las aos SASUC.

Entre a pouca disponibilidade de alojamentos, a situação degradada dos que já existem, os arrendamentos caros para a capacidade de compra dos estudantes e as dificuldades burocráticas dos serviços sociais, os universitários de Coimbra manifestam um descontentamento com a situação habitacional atual. Faz-se necessária, portanto, uma maior intervenção para amparar os alunos deslocados.

